

Juventudes africanas, políticas públicas e desenvolvimento

A Desnaturalização Sentimental e a Regeneração Ancestral: duas faces em um só sujeito

Antônio João Franco (UFMS-PG)¹
Francesco Romizi (UFMS-PQ)²

Resumo:

Este artigo visa desnaturalizar o valor sentimental do sujeito em busca de raízes ancestrais, demonstrando a função regenerativa que restaura o fluxo de transmissão e o desenvolvimento cultural do povo Balanta na Guiné-Bissau. A análise revela um perfil duplificado que expõe as assimetrias do epicentro identitário do grupo, com foco central na língua Balanta. Metodologicamente, utiliza-se uma abordagem qualitativa descritiva através da autoetnografia, buscando sedimentar o sentimento de pertença e restabelecer a conexão com a matriz cultural. O estudo centraliza-se na perseverança dos saberes e na reconstrução dos elos de conexão ancestral. Entretanto, observa-se que muitos sujeitos operam sob um alheamento identitário, mantidos pela ilusão de um status "civilizado" que os afasta de sua própria gênese. Esta é a face mais perversa da assimilação: a crença no progresso individual enquanto se caminha para o apagamento das raízes coletivas.

Palavras-chave: Desnaturalização sentimental; Povo Balanta; Língua Balanta; Fluxo de transmissão; Autoetnografia

¹ Graduado em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB. Graduando em Bacharelado de Antropologia pela mesma Universidade. Atualmente, mestrando em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). E-mail de contato: joaofrancovi@gmail.com

² Doutor em Antropologia, Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS) da mesma universidade. E-mail de contato: francesco_romizi@ufms.br

Abstract

This article aims to denaturalize the sentimental value of the subject in search of ancestrais roots, demonstrating the regenerative function that restores the flow of transmission and cultural development of the Balanta people in Guinea-Bissau. The analysis reveals a dual-faceted profile that exposes the asymmetries within the group's identity epicenter, with a central focus on the Balanta language. Methodologically, a descriptive qualitative approach is employed through autoethnography, seeking to solidify the sense of belonging and reestablish the connection with the cultural matrix. The study centers on the perseverance of knowledge and the reconstruction of ancestral connection links. However, it is observed that many subjects operate under identity alienation, maintained by the illusion of a "civilized" status that distances them from their own genesis. This represents the most perverse face of assimilation: the belief in individual progress while moving toward the erasure of collective roots.

Keywords: Sentimental denaturalization; Balanta people; Balanta language; Transmission flow; Autoethnography.

I. INTRODUÇÃO

Como relevância, este trabalho procura focalizar em conceitos que dialogam com clássicos sobre as políticas raciais e tradicionais, o bloqueio das fronteiras culturais, a subalternização do nosso povo e, por fim, os jogos identitários perante o cenário contemporâneo — as mudanças de perfis dos sujeitos em representação do paradigma global. A perspectiva de Franz Boas promove um dinamismo clássico ao oferecer um contraponto às teorias evolucionistas. Estas, até então, baseavam-se na premissa da supremacia racial e na existência de uma linha condutora única (unilinear) para a evolução humana, tendo o Ocidente como ápice. A inversão de paradigma proposta por Boas reconhece a diversidade cultural global e sustenta as particularidades de cada sociedade, validando aquelas que, sob o olhar colonial, eram injustamente consideradas atrasadas.

Os Balantas, segundo relatos e estudos (Namone, 2020; Cammilleri, 2010), são um povo cuja origem remonta ao Saara Ocidental, na África. Entre os séculos X e XIV d.C.,

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



migraram devido à seca que afetou regiões como Etiópia, Sudão e Egito, em busca de um território que lhes proporcionasse abrigo e condições adequadas de sobrevivência. Durante essa jornada pelo continente, chegaram à Guiné-Bissau antes da chegada dos europeus. É importante destacar que a tradição oral sempre foi o principal meio de transmissão de conhecimentos e ensinamentos ancestrais entre os Balantas.

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental do continente africano, fazendo fronteira ao norte com a República do Senegal, a Leste e ao Sul com a República da Guiné-Conacri, e sendo banhada pelo Oceano Atlântico a oeste. O país possui uma extensão territorial aproximada de 36.125 km² e uma população estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes. Destaca-se, ainda, por sua ampla diversidade cultural, composta por distintos grupos étnicos cujas especificidades tradicionais coexistem, interagem e orientam as dinâmicas sociais.

A língua Balanta, enquanto código linguístico do meu povo e elemento de conexão com os princípios etnoculturais, representa a força da cultura e da identidade coletiva. Historicamente, ela tem sido transmitida principalmente por meio da oralidade, de geração em geração. Essa responsabilidade de transmitir os conhecimentos culturais aos mais jovens cria diferentes dinâmicas entre as famílias: algumas preservam essa transmissão mesmo vivendo na cidade, enquanto outras acabam negligenciando-a, muitas vezes por menosprezo ou por influência de processos de assimilação cultural.

A Minha Escrevivência

Gostaria de iniciar esta autoetnografia afirmando que ela constitui a história real do meu sentimento identitário. Pensar nisso talvez seja considerado inadequado por algumas pessoas. No entanto, para mim, trata-se de um processo de restabelecimento pessoal a partir da escrevivência. Pretendo, assim, historicizar uma passagem da minha infância que, por muito tempo, foi menosprezada, mas que atualmente merece todo o respeito e valorização: trata-se de uma reconexão com a minha ancestralidade.

Nasci pertencente à etnia Balanta. Meus pais o são, assim como os meus avós paternos e maternos também fazem parte deste grupo étnico. Em outras palavras, possuo uma ligação profunda com essa comunidade, pois sou, como se diz, “Balanta de quatro

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



avós”. Contudo, pertencer biologicamente a uma etnia não é suficiente para legitimar plenamente essa pertença. Com isso, quero enfatizar que, embora pertença a essa comunidade tradicional pela origem, sinto que há uma lacuna significativa em relação à sua representatividade: o fato de não saber falar a língua.

Todo o reconhecimento que eu pudesse obter em determinados contextos da vida teria pouca ou nenhuma relevância dentro do universo cultural da minha própria comunidade. Portanto, diria que, ainda que apresentasse inúmeros argumentos neste documento para demonstrar o meu arrependimento, eles não seriam suficientes para descrever o profundo alheamento identitário ao qual fui submetido pelo sistema assimilacionista.

Durante grande parte da minha infância e até certa fase da juventude, nunca imaginei que um dia estaria tão interessado em reconhecer e valorizar os elementos identitários da etnia Balanta, especialmente a língua. Nasci e cresci na cidade — na capital Bissau, na Guiné-Bissau — e todos os ensinamentos educacionais transmitidos pelos meus pais estavam distantes da realidade da tabanca (aldeia). Tudo o que envolvia a minha condição sociocultural e sociolinguística baseava-se sobretudo em princípios religiosos e societários urbanos. Se me perguntassem o que significa ser Balanta, talvez a resposta mais adequada fosse afirmar que se trata de possuir laços consanguíneos com um conjunto de indivíduos cujas relações são determinadas por padrões comportamentais específicos, que incluem costumes, crenças, cultura e língua. No entanto, durante muito tempo não compreendi que a própria língua Balanta possui um papel fundamental na interconectividade com a tradição. Em determinado momento da minha vida, ignorei essa língua. Hoje, porém, compreendo que sua interação e articulação são essenciais para a grandeza e a continuidade da comunidade Balanta. Atualmente, sinto uma forte vontade de resgatar essa parte da minha identidade que deixei escapar, seja por ignorância ou por inocência.

De modo geral, fui direcionado por caminhos que promoveram certo processo de alienação, levando-me a desvalorizar práticas tradicionais, culturais e identitárias. Além disso, fui instruído a incorporar elementos da cultura ocidental, muitas vezes sentindo-me coagido e destituído internamente. Essa invisibilidade cultural tornou-me, de certa forma, refém desse sistema.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



As dificuldades dialógicas e as barreiras codificadas

Recordo-me das dificuldades que enfrentei ao tentar dialogar em Balanta com pessoas da tabanca ou com aquelas que dominam essa língua. Acredito que muitos indivíduos passaram por experiências semelhantes. Refiro-me aqui ao fator da necessidade associativa, isto é, à importância de compartilhar um código linguístico comum para estabelecer uma comunicação plena.

Quando recebemos hóspedes que vêm visitar os meus pais, costumamos acolhê-los seguindo os padrões de cordialidade próprios do contexto urbano, com cumprimentos formais e gestos de hospitalidade. É justamente nesse ponto que gostaria de introduzir os obstáculos dialógicos que marcaram algumas das minhas experiências.

Certa vez, veio nos visitar a irmã mais velha do meu pai, minha tia. Ela não se comunicava em crioulo nem tampouco em português. Ao chegar em casa, dirigi-me a ela para cumprimentá-la, como é costume quando aparece um hóspede. No entanto, ao iniciar o diálogo, ela começou a falar em língua Balanta. Para mim, a situação era extremamente estranha: eu respondia em crioulo, enquanto ela continuava a expressar-se em Balanta. Diante dessa situação, acabamos rindo, pois nenhum de nós compreendia plenamente o que o outro dizia. Felizmente, minha mãe estava por perto, e logo pedi que ela interpretasse a fala da minha tia. Assim, por meio dessa mediação, nossas conversas puderam fluir.

Situações como essa ainda acontecem comigo atualmente. Mesmo estando aqui no Brasil, quando converso com pessoas mais velhas da minha tabanca, frequentemente preciso de um intérprete para traduzir a língua à qual pertenço culturalmente. No entanto, não necessito de intérprete algum para compreender o idioma dos colonizadores, o português. Esse fato revela uma profunda desnaturalização cultural: dissocie-me da realidade sociocultural da aldeia enquanto, simultaneamente, incorporei características associadas ao processo assimilacionista. Também tive a oportunidade de visitar a tabanca do meu pai, onde vive a minha avó. Essa aldeia está localizada na zona Norte da Guiné-Bissau, denominada Tama, a alguns quilômetros da seção de Binar, na região de Oio.

Das impressões ao balanceamento psicológico identitário

Nesta seção, explicarei como a minha identidade frequentemente entra em conflito, destacando alguns dos momentos que mais marcaram essa experiência. Ao longo da

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



minha trajetória, enfrentei diversas impressões equivocadas sobre quem eu sou. Uma das características que mais contribui para essa situação é o fato de que minha aparência física dificilmente permite que as pessoas identifiquem, de imediato, a minha origem étnica. Quando digo “descodificar”, refiro-me à capacidade de alguém reconhecer, no primeiro contato, as raízes ancestrais de outra pessoa. No meu caso, raramente alguém identifica que pertenço à etnia Balanta. Na verdade, essa costuma ser a última possibilidade considerada. Em muitas situações, as pessoas afirmam que sou Fula, baseando-se em características físicas como a cor da pele, a estatura ou outros traços fenotípicos. Em outras ocasiões, associam-me a grupos étnicos diferentes, como *Mandjaku* ou Mancanhe. Essa recorrência de interpretações equivocadas tem sido uma preocupação difícil de explicar. No primeiro contato, dificilmente as pessoas concluem que sou Balanta, mesmo quando essa é a minha verdadeira pertença étnica. Em vez disso, associam-me constantemente a outras comunidades.

Para ilustrar melhor essa experiência, gostaria de narrar uma situação aparentemente simples, mas que carrega um forte sentimento de mágoa e dúvida em relação à minha própria identidade. Certa vez, em 2019 — se a memória não me falha — fui fazer compras em um dos maiores mercados da cidade de Bissau, o Mercado de Bandim. Encontrei um homem que vendia camisetas esportivas e comecei a conversar com ele, perguntando sobre os preços das peças. Durante a conversa, ele me observou atentamente e presumiu imediatamente que eu fosse Fula. Em seguida, começou a dirigir-se a mim nessa língua. Fiquei por alguns instantes em silêncio, refletindo sobre o quanto eu poderia parecer pertencente a esse grupo. Respondi-lhe que não fazia parte daquela etnia. Mesmo assim, ele continuou falando comigo na mesma língua, como se acreditasse que eu estivesse apenas evitando revelar minha verdadeira identidade ou recusando-me a conversar no idioma. Tive que reafirmar novamente: “Não pertenço a essa sociedade.” Foi então que ele me perguntou diretamente: “De qual etnia você é?”

Naquele momento, senti vergonha de responder. Em vez de dizer que era Balanta, limitei-me a afirmar que era cristão e não muçulmano. Hoje, ao recordar essa situação, percebo o quanto aquela reação revela a dimensão da minha própria insegurança identitária. Na verdade, aquela experiência funcionou como uma espécie de alerta — um chamado silencioso para que eu refletisse sobre o distanciamento que havia se

estabelecido entre mim e minhas próprias raízes. Situação semelhante ocorreu em outra ocasião, desta vez em uma das regiões da Guiné-Bissau, a região de Bafatá, localizada na parte leste do país. O episódio aconteceu especificamente no Centro Materno Infantil do Bairro 4, onde eu trabalhava como analista clínico (técnico de laboratório). Isso ocorreu em 2022, no mesmo ano em que viajei para o Brasil. Em determinado dia, um homem levou sua filha para realizar exames laboratoriais. Após a coleta das amostras, informei-lhe que poderia retornar duas horas depois para buscar os resultados. Naquele momento, não imaginei que minha identidade voltaria a tornar-se objeto de questionamento. Quando ele retornou, encontrou-me sentado próximo ao laboratório e iniciamos uma conversa. Falávamos sobre o estado de saúde de sua filha e sobre a interpretação dos resultados dos exames. De repente, ele perguntou se eu era Fula. Vale lembrar que, naquela região, a presença desse grupo étnico é bastante significativa, embora também existam outras comunidades, como Balanta, Mandinga e Pepel. Respondi que não era Fula. Mesmo assim, ele começou a falar nessa língua, talvez esperando que eu compreendesse algo ou acreditando que eu estivesse tentando evitar a conversa. Assim como o vendedor do mercado de Bandim, ele parecia convencido de que eu estava tentando esconder minha identidade ou evitar falar a língua.

Ao longo da minha vida, vivi diversas situações semelhantes. Decidi destacar apenas esses dois episódios porque foram aqueles que deixaram marcas emocionais mais profundas. Aqui no Brasil, minha identidade também costuma gerar confusões. Em várias ocasiões, as pessoas perguntaram qual é a minha etnia. Quando respondo que sou Balanta, muitas vezes escuto a reação: “Nem parece.” Essas dúvidas levantam uma questão importante: será que essas percepções estão relacionadas às características físicas ou à dimensão linguística? Ao falar crioulo, por exemplo, não apresento nenhum traço de sotaque associado ao domínio da língua Balanta. Meu sotaque é tipicamente urbano, característico da cidade de Bissau.

Por essa razão, torna-se difícil para muitas pessoas associar-me imediatamente a uma identidade étnica específica apenas pelo primeiro contato ou pelo simples “djumbai” — termo utilizado para designar conversas informais.

Querendo ou não, essas impressões continuarão a gerar confusões e a conduzir muitas pessoas a interpretações estereotipadas sobre quem eu sou. Infelizmente, essa realidade

revela o quanto as identidades podem ser construídas e percebidas a partir de expectativas sociais que nem sempre correspondem à experiência vivida pelos próprios sujeitos. Com relação ao procedimento metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa descritiva, fundamentada na autoetnografia instrumental e nos aportes teórico-metodológicos da escrevivência. Tal escolha justifica-se pela necessidade de compreender a realidade sociocultural a partir da trajetória do pesquisador, onde o delineamento investigativo recai sobre o próprio sujeito de investigação e sua relação com os grupos sociais contemplados. Na implementação deste método, apropriamo-nos das contribuições de Fabiene Gama (2020) e José Guilherme Cantor Magnani (2009), que ressaltam a relevância dos estudos autoetnográficos para o entendimento das experiências individuais dentro de uma matriz cultural complexa. Assim, a narrativa pessoal deixa de ser meramente biográfica para tornar-se um instrumento de análise antropológica sobre a identidade e a ancestralidade Balanta.

II. DESENVOLVIMENTO

Ao tratar a língua étnica como fator imprescindível da identidade, remete-se a uma densidade histórico-antropológica cuja relação determina o fluxo dos sujeitos perante uma cultura. Sob o prisma do determinismo antropológico, a existência da interseccionalidade produz a conexão sujeito-cultura, dinamizando e criando fronteiras particulares entre grupos étnicos, onde cada um representa sua própria perspectiva sociopolítica e cultural. As formas como essas identidades são construídas viabilizam concordâncias e divergências entre estudiosos da modernidade e pós-modernidade. Fredrik Barth (2000), ao discutir grupos étnicos e suas fronteiras, baseia-se em termos propostos por Naroll (1964), cuja classificação de grupo étnico é caracterizada por quatro pontos fundamentais que consolidam as práticas identitárias:

1. Perpetua-se biologicamente de modo amplo;
2. Compartilha valores culturais fundamentais, realizados em unidade patente nas formas culturais;

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



3. Constitui um campo de comunicação e de interação;
4. Possui um corpo de membros que se identifica e é identificado por outros como uma categoria diferenciável de outras do mesmo tipo.

Destacando o valor sentimental do ponto 3, cuja necessidade pessoal questionamos neste documento, as barreiras introduzidas na relação sujeito-cultura de uma comunidade e a interiorização da dominação assombram o espírito psique-social dos povos colonizados, com ênfase no contexto guineense. Os grupos étnicos são rotulados como emergentes, os quais buscam hegemonia cultural Ocidental. Acorrentados por uma racionalidade imposta e moldados pela colonialidade, somos induzidos a reprimir nossas subjetividades ancestrais em favor de um ideal de eu civilizado forjado no Ocidente. Esse processo não é uma evolução, mas uma amputação: somos levados a ver nossas raízes como estado de natureza bruto para aceitarmos uma civilização que, na verdade, nos desumaniza ao nos distanciar de nossa gênese. O pacto desta relação empurra-nos para uma desacreditação identitária no interior da nossa própria casa ou país.

A semelhança ideológica desses autores (Barth, 2000 e Narrol, 1964) permite-nos refletir sobre como diversas culturas foram subestimadas, suprimidas e desqualificadas através do exercício do poder e do não reconhecimento da "alteridade". Esse "Outro", construído pelo Ocidente, historicamente teve seus valores rejeitados, perseguidos e difamados por possuir a marca da diferença. Entretanto, Franz Fanon (2008) clarifica a ideia de pertencer a nação colonizada, criticando a dissimilitude que colonização/Ocidente impôs aos povos colonizados. Para Fanon,

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana... Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será (Fanon, 2008, p.34)

Ao estabelecer as políticas de assimilação como princípio civilizatório dentro de um determinado espaço geográfico, estas não só desestabilizam ou desrespeitam os valores humanitários "Humanidade", como também pressupõem limites os quais fabricam barreiras de afastamento ancestral. Consequentemente, distanciam povos e sociedades de suas

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



bases culturais, determinando aquilo que definimos como aculturação cultural e apagamento da identidade. O pertencimento é fragmentado, gerando traumas na continuidade da memória que desafiam o próprio restabelecimento do ser. Nesse sentido, a possibilidade de nos olharmos e, ao mesmo tempo, nos orgulharmos da nossa existência é excluída por uma simples razão: não podemos nos reconhecer internamente, ou seja, fomos e somos revestidos por mantos de subalternidade, que nos impedem de reconhecer a versatilidade e a potência da nossa própria raiz ancestral. Ao consumirmos acriticamente os valores metropolitanos, acabamos por validar a nossa própria exclusão do centro da história.

As classes populacionais subalternas foram autodeclaradas como povos "sem costume", "sem religião" ou "sem cultura" — definições que ferem sua dignidade e valores identitários. Sob a égide eurocêntrica, o valor é apresentado como um produto exclusivo do mundo ocidental, enquanto as produções dos continentes africano e americano são frequentemente despojadas de mérito. Tais populações viram-se obrigadas a lutar por padrões culturais europeus impostos por "descobridores" que estabeleceram sua própria cultura como verdade absoluta. Aqueles que se distanciam desse padrão são vistos como "atrasados", necessitando de uma "evolução" para alcançarem o *status* de "civilizados" e acompanharem a hegemonia vigente.

Diferente da perspectiva de Clifford Geertz, que define a cultura como um emaranhado de teias de significados que precisamos interpretar, a lógica cultural africana apresenta uma representatividade umbilical. Nela, as relações de parentesco são criadas e sentidas sem a necessidade de antecedentes processuais; elas constituem a própria essência do ser. Portanto, tal lógica nos conduz à articulação de pensamentos como o de Amadou Hampâté Bâ (2010), sobre a necessidade de a tradição viva continuar no seio da identidade africana. Segundo ele, “na África tradicional, aquele que falta à palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus' (BÂ, 2010, p. 174)”. Por outro lado, observa-se a grande contribuição do escritor e historiador Ngũgĩ wa Thiong'o (2018) ao perspectivar o sentimento de ocultamento que ocorre quando nos dissociamos da língua de origem em favor da língua ocidental, processo que ele classifica como alienação colonial. Ao advogar que:

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



A alienação colonial apresenta duas formas, ligadas entre si: distanciar-se ativamente (ou passivamente) da realidade ambiente e identificar-se ativamente (ou passivamente) com o que é suficientemente estrangeiro a essa realidade. Ela começa a dissociar deliberadamente a língua da conceitualização, da reflexão, da educação formal e do desenvolvimento mental, da língua das relações diárias dentro da família e da comunidade. É como se se separasse o corpo e o espírito, para que ocupem na mesma pessoa duas esferas linguísticas separadas. Em nível social, é como se se produzisse uma sociedade de cabeças sem corpos e de corpos sem cabeças (Thiong'o, 2018, p. 100).

Morrer por dentro (ancestralidade) e viver por fora (assimilado) talvez seja o sinônimo mais adequado para a busca da relevância cultural e da identidade. Muitos de nós encontram-se neste barco, esperando por um guia salva-vidas; o desejo de socorrê-lo para que não afunde é uma emergência para garantir o aporte que nos direcione ao porto de desembarque. Nesse sentido, Amadou Hampâté Bâ (2010) observa que:

[...] é preciso dizer que, de um tempo para cá, uma importante parcela da juventude culta vem sentindo cada vez mais a necessidade de se voltar às tradições ancestrais e de resgatar seus valores fundamentais, a fim de reencontrar suas próprias raízes e o segredo de sua identidade profunda' (Bâ, 2010).

Além disso, a alienação conduz ao caminho da perda desses valores, apresentando-se em duas faces: primeiramente, tenta distanciar o sujeito de suas raízes de maneira abrupta, aproximando-o de costumes estrangeiros; em seguida, molda sua conduta espiritual e psicológica, valorizando o que vem de fora em detrimento do que é próprio (de dentro). Portanto, impedidos de nos orgulharmos de nossas identidades e transformados em sujeitos indecisos — moldados pelos padrões emotivos e critérios de desejo do Ocidente —, continuamos sob uma dominância cultural persistente, a menos que enfrentemos e criemos contrapolíticas desassimilacionistas. Sob esta ótica, a consequência de sobreviver a esse processo é permanecer à margem, sob o olhar investigativo das visões exteriores.

III. DISCUSSÕES E RESULTADOS ESPERADOS

Nem todos se detêm nesse tipo de reflexão. Muitos continuam vivendo em um estado de alheamento identitário, operando sob a ilusão de um status de “civilizado” que, na realidade, os mantém distantes de sua própria gênese cultural. Essa talvez seja uma das faces mais perversas do processo de assimilação: o sujeito acredita ter alcançado o

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



progresso enquanto, na prática, caminha para o apagamento de suas próprias raízes ancestrais.

No que diz respeito à minha experiência pessoal, tenho percebido o surgimento de uma vontade cada vez mais forte de resgatar essa perda identitária. Ao mesmo tempo, venho tendo impressões bastante positivas de que estou seguindo um caminho adequado nesse processo de reconexão cultural. Acredito que, em algum momento, poderei inclusive convidar outras pessoas a participarem de um movimento coletivo de revalorização ancestral.

A valorização ancestral e a assimetria cultural

Na verdade, como mencionei anteriormente, durante muito tempo nunca imaginei que um dia sentiria interesse em descobrir quem realmente sou. Esse processo de reflexão começou apenas após a minha aprovação no processo seletivo para ingressar na universidade no Brasil, mais especificamente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Acredito que, se tivesse permanecido na Guiné-Bissau, provavelmente jamais teria refletido de forma tão profunda sobre essa perda identitária. Foi somente em 2022 que comecei a despertar para esse processo de contaminação ou assimilação cultural que, até então, havia moldado grande parte da minha trajetória.

Mesmo assim, essa descoberta não ocorreu sem desconfortos. Ainda hoje sinto certa estranheza ao tentar dissociar-me de determinados hábitos que foram incorporados ao longo da minha vida. Nos primeiros momentos da graduação, quando iniciei o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, não imaginava que essas questões identitárias se tornariam tão centrais na minha formação. Com o passar dos semestres, entretanto, ocorreu aquilo que posso chamar de uma verdadeira ruptura epistemológica na minha consciência. Era como se as estruturas do meu pensamento estivessem sendo reorganizadas, permitindo-me enxergar minha própria história sob outra perspectiva.

Foi nesse momento que comecei a questionar a mim mesmo: como posso pertencer à etnia Balanta e, ao mesmo tempo, não saber falar a língua do meu próprio povo? Esse questionamento marcou o início de uma profunda redescoberta das minhas raízes. Passei então a perceber que havia algo errado nessa trajetória. Quem teria participado dessa

decisão ou dessa trama de distanciamento cultural? Teriam sido meus pais, o sistema colonial ou ambos? Esse processo de balanceamento psicológico tornou-se uma das questões centrais desta investigação.

Durante o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso, procurei realizar uma investigação preliminar sobre a ausência da transmissão da língua Balanta no contexto da Guiné-Bissau. No início, enfrentei algumas dificuldades para compreender plenamente a dimensão desse fenômeno. Entretanto, aos poucos fui percebendo o quão enriquecedor era adentrar nesse universo de descoberta.

Comecei a interessar-me cada vez mais pela cultura, pela música e pelos elementos simbólicos da tradição Balanta. Gradualmente, o sentimento de pertença foi se fortalecendo, permitindo-me reconhecer a profundidade e a relevância da cosmologia Balanta dentro do mosaico cultural da Guiné-Bissau. Apesar disso, a vontade de aprender e falar a língua continua sendo um dos meus maiores desejos. Sinto que existe uma necessidade profunda de recuperar esse elemento identitário, mesmo que isso represente, simbolicamente, o último recurso de sobrevivência cultural diante do processo de assimilação.

Esse percurso de reconexão ganhou ainda mais força quando ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Essa nova etapa da minha trajetória acadêmica trouxe impactos significativos tanto na minha formação intelectual quanto na minha experiência pessoal. Do ponto de vista acadêmico, o mestrado ampliou minhas possibilidades de reflexão e abriu novos horizontes para o conhecimento de diferentes culturas, cidades e pessoas — experiências bastante distintas daquelas que vivenciei tanto na Guiné-Bissau quanto no estado do Ceará, onde realizei minha graduação.

Por outro lado, essa etapa também se tornou um importante elo de ligação entre mim e a minha ancestralidade. De certo modo, o percurso acadêmico tem contribuído para aprofundar a investigação sobre as minhas próprias raízes e para promover uma espécie de reencontro com aquilo que, durante muito tempo, permaneceu invisível na minha trajetória. Antes dessa experiência, eu não imaginava que o ambiente universitário poderia desempenhar um papel tão decisivo na reconstrução da minha consciência identitária. Hoje compreendo que esse processo faz parte de uma caminhada mais ampla de

autoconhecimento, na qual a busca pelas origens se transforma também em uma forma de resistência cultural.

IV. CONCLUSÃO

Torna-se, portanto, fundamental começarmos a questionar nossas próprias trajetórias, refletindo sobre elas a partir de diferentes perspectivas e ângulos de análise. Nesse sentido, algumas perguntas tornam-se inevitáveis: quem somos nós? De onde vieram as nossas raízes? Para onde foram — ou para onde vão — os nossos antecessores? E qual futuro desejamos construir para as gerações que ainda virão? É importante reconhecer que essa deformação estrutural das identidades dos povos autóctones não se limita apenas ao caso da Guiné-Bissau. Trata-se de um fenômeno que pode ser observado em diversos países da África e também em outras regiões do mundo, como nas Américas e na Ásia, onde processos históricos de colonização produziram profundas desestruturações políticas, culturais e identitárias. Esses processos foram frequentemente marcados por choques culturais que desnaturalizaram e descaracterizaram os costumes locais. Como resultado, muitos povos foram progressivamente afastados de suas próprias tradições e referências ancestrais.

REFERÊNCIAS

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: LASK, Tomke (org.). Fredrik Barth: O guru da antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BOAS, Franz. **A mente do homem primitivo**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Rio

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná



de Janeiro: Zahar, 2010.

CAMMILLERI, Salvatore. **A identidade cultural do povo balanta**. Edições Colibri, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla**. Anuário Antropológico, v. 2, n. 1, p. 188-208, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MAGNANI, José G. C. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, 2009.

NAMONE, Dabana. **Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali**. São Paulo, 2020.

NAROLL, Raoul. On Ethnic Unit Classification. **Current Anthropology**, Chicago, v. 5, n. 4, p. 283-312, out. 1964.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Descolonizar a mente: a política linguística na literatura africana**. Tradução de Marina Vargas. São Paulo: Elefante, 2021.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

